

É assim que
transformamos hoje
o futuro de milhares
de crianças e jovens

EDUCAÇÃO

Piso Salarial
e a Política
de Avaliação
de Desempenho
dos Professores

Apresentação

Motivar e qualificar para uma maior eficiência no ensino

Ao cumprir a lei do Piso Salarial Nacional, o Governo de Goiás resgata um compromisso com os professores da Rede Pública Estadual e, simultaneamente, implementa diretrizes do plano de reforma educacional - o “Pacto pela Educação” -, que tem como primeiro eixo estratégico a valorização profissional e o fortalecimento da carreira do professor.

O projeto de lei aprovado na Assembleia Legislativa estabelece um piso de R\$ 1.460,00. Mas apenas o pagamento do piso não seria suficiente para assegurar esse fortalecimento da carreira dos profissionais da educação. Por isso, o projeto trouxe mudanças importantes que vão tornar a profissão mais atrativa aos jovens e mais compensadora aos professores veteranos que se esforçam para elevar a qualidade da educação em Goiás.

As mudanças têm por objetivo ampliar as oportunidades a todos os que buscam conquistar patamares elevados na profissão e se empenham diariamente para fazer disso uma realidade. São esses profissionais que irão ajudar a construir um futuro melhor para os estudantes das escolas públicas de Goiás.

Piso Salarial

Com a aplicação da lei do Piso em Goiás e com os outros benefícios que o governo anunciou, teremos, a partir de agora, uma carreira do magistério com grandes perspectivas para todos os professores - seja no início, absorvendo de maneira mais positiva os novos profissionais; no meio, estimulando o maior empenho e aprimoramento; seja no fim, quando os profissionais terão todas as conquistas incorporadas à aposentadoria.

Qual o valor do piso salarial dos professores da rede estadual?

Os professores da rede pública estadual terão um piso de R\$ 1.460,00. No entanto, como o governo seleciona apenas professores com licenciatura plena nos concursos da Secretaria da Educação, nenhum professor ingressará na rede com vencimento inferior a R\$ 2.016,03 (nível P-III).

O Ministério da Educação ajuda a pagar o piso em Goiás?

O impacto produzido pelas alterações salariais decorrentes da proposta do piso do professor em Goiás foi totalmente assumido pelo governo do estado. Apesar das inúmeras reuniões e articulações em busca de recursos federais, o MEC afirmou, oficialmente, que não teria como auxiliar o estado a pagar o piso.

Qual será o impacto do piso na folha de pagamento da Secretaria da Educação?

Para pagar o piso aos professores da rede estadual o governo investirá R\$ 270 milhões.

Por que o governo simplesmente não pagou o piso e deixou a carreira como estava, sem alterações?

Todos os estudos realizados pela Secretaria da Educação mostraram que da forma que estava, a carreira não era atrativa, não incentivava um melhor empenho e ainda deixava o profissional estagnado no fim da carreira. Ou seja, exatamente quando o professor acumulava a experiência adquirida ao longo do exercício do magistério, reunindo as melhores condições profissionais para contribuir com a melhoria do ensino, ficava impossibilitado de ascender na carreira.

Por que alterar o salário de início de carreira?

O estado precisava tornar a carreira do professor mais atrativa e, ainda, valorizar o profissional que opta pelo magistério, dando a ele condições salariais que o mantenham na profissão durante e após o período probatório.

Há previsão para a realização de novos concursos?

Sim, no ano de 2012, e não só para suprir demandas, mas também para a criação de um quadro de reserva.

E quanto à hora atividade? O que diz o projeto de lei?

O projeto regulamenta o que esta gestão já cumpre desde o início de 2011: destinar um período ao professor para estudos, avaliação e planejamento. No Estado de Goiás, um professor que recebe por 40 horas, ministra 28 aulas (23,33 horas). Ou seja, ele tem 40% do seu período profissional destinado às horas atividades. Nesta gestão os coordenadores pedagógicos também passaram a ser contemplados com esta medida.

Titularidade

A incorporação da titularidade resultará em algum tipo de perda para os professores?

Não. A titularidade por conclusão de cursos que totalizavam 1.080 horas foi incorporada ao vencimento e eleva a base de cálculo para todos os demais benefícios que incidem na carreira do professor. Um professor P-III que recebia R\$ 1.525,18 e mais 30% de titularidade, ou seja, mais R\$ 457,55, passa a ter um vencimento de R\$ 2.016,03. Antes, qualquer reajuste (e até os quinquênios) seria sobre os R\$ 1.525,18. A partir de agora, incidirá sobre R\$ 2.016,03.

E os professores que não têm titularidade ou têm percentual menor que 30%?

Se for um professor de nível P-III, em ambos os casos o vencimento base também será reajustado para R\$ 2.016,03. Para o professor P-IV, será R\$ 2.273,07.

O percentual de gratificação de mestrado e doutorado foi reduzido?

Essas gratificações passaram de 40% e 50% para 10% e 20% respectivamente. Mas, como o vencimento base do professor aumenta com a incorporação da titularidade, mesmo com a redução dos percentuais os ganhos serão maiores.

Nestes casos de mestrado e doutorado, como uma gratificação menor pode produzir resultados maiores?

Um professor P-IV, por exemplo, com vencimento de R\$ 1.719,64, ao concluir mestrado receberia mais R\$ 687,86, totalizando salário de R\$ 2.407,50. Com a mudança, o seu vencimento base passa para

R\$ 2.273,07 que somados a 10% (R\$ 227, 31) no caso de mestrado, totalizará R\$ 2.500,38.

E em relação aos quinquênios, como ficam os vencimentos dos professores?

Da mesma forma que antes. A cada cinco anos o professor efetivo continua tendo o reajuste de 5%, mas agora sobre uma base maior. Com isso, o quinquênio também aumentará.

Como ficam as aulas de substituição?

Com o aumento do vencimento base, o reajuste do valor da aula de substituição também será automático e de cerca de 30%. Um professor P-IV, por exemplo, que tem 14 aulas de substituição, receberia antes R\$ 859,82. A partir de agora, com a incorporação da titularidade ao vencimento base, ele passa a receber, pelo mesmo número de aulas de substituição, R\$ 1.136,54. Na verdade, a incorporação da titularidade redimensiona os ganhos dos professores, sempre.

Política de desempenho

Essa é uma oportunidade real que o governo oferece aos professores efetivos de crescerem na carreira. É uma política que os incentiva a se aperfeiçoar e a trabalhar de maneira diferenciada, com foco no aluno, visando melhorar cada vez mais na profissão. Ela fortalece os melhores profissionais, aqueles que se dedicam a elevar a qualidade do ensino, e estimula a formação de todos para que dêem aos estudantes o melhor que podem ao longo de suas carreiras.

O antigo plano de carreira foi criado num momento em que a realidade da rede pública estadual era outra, em que a maioria dos professores não possuía curso superior. Assim, o plano deveria estimular principalmente a formação inicial, ou seja, a licenciatura. Hoje, quando mais de 97% dos professores da Secretaria da Educação são licenciados, o foco deve ser outro. Em vez de deixar estagnados os que mais se esforçaram e se prepararam, a política deve ser de incentivo ao desempenho, em que todos, indistintamente, poderão alçar maiores patamares na carreira.

Na prática, o que significa essa política?

O professor da rede estadual tinha uma carreira que engessava e limitava o seu salário. Ele entrava na rede e já sabia que por maior que fosse o seu esforço, apenas a formação continuada e o tempo de serviço que poderiam aumentar seus salários. A política de desempenho oferece possibilidades de incrementos muito além do que previa o antigo plano de carreira.

De que forma isso se refletirá nos ganhos dos professores?

Por meio dessa política, o professor poderá ter gratificações de até

60% incidindo sobre seu vencimento base.

E como participar desta Política de Avaliação do Desempenho?

Este processo é opcional para o professor. Também haverá um interstício de 3 anos para a concessão da gratificação por desempenho. Isto é, se em um ano ele consegue a gratificação, só poderá solicitá-la novamente depois de três anos – esta medida permitirá que toda a rede seja contemplada. A gratificação também será, no primeiro ano, de 10%. Em seguida, 20%. E assim sucessivamente até chegar a 60%.

Há um teto de 20% do total de professores efetivos para participação neste processo?

Sim, a cada ano, serão beneficiados 20%. Estes, por sua vez, terão que esperar um intervalo de 3 anos para obter nova gratificação por desempenho. Neste intervalo, todos os professores terão a oportunidade de participar do processo que, vale ressaltar, é opcional.

Quais os critérios serão utilizados para conceder esta gratificação?

Vários, entre eles uma avaliação anual. Também serão considerados assiduidade, envolvimento com a escola, empenho, comprometimento, entre outros.

O salário final do professor também será alterado?

Sim. A partir de agora, o professor que antes poderia ter um salário final aproximado de R\$ 2.600,00, pode chegar ao fim da carreira ganhando R\$ 4.735,70. No caso de professores com doutorado, este valor pode chegar a R\$ 5.247.

Essas gratificações por desempenho vão ser incorporadas aos salários na hora da aposentadoria?

Sim, serão incorporadas para efeitos de aposentadoria.

Formação

O projeto de lei aprovado pela Assembleia Legislativa e que institui o Piso Salarial também reforça a determinação do governo de investir na formação continuada dos professores. Mas em uma formação que responda às necessidades da rede e que potencialize as habilidades dos profissionais.

A progressão horizontal será mantida?

Sim. A promoção da “letrinha”, que vai de A a G, funcionará como antes, permitindo que a cada três anos o professor pleiteie aumento de 2% no seu vencimento base - que agora será maior - em função da participação em cursos com, no mínimo, 120 horas.

Que cursos os professores poderão fazer para progredirem horizontalmente na carreira?

A Secretaria da Educação criará uma comissão que será responsável por avaliar a qualidade dos cursos que são oferecidos aos professores e também o benefício que as formações nas diferentes áreas poderão produzir, como consequência, para o aprendizado dos alunos.

A secretaria vai oferecer esses cursos?

Para atender a demanda por formação continuada dos professores, a secretaria fará parcerias com instituições formadoras e também oferecerá seus próprios cursos, por meio da Escola de Formação de Professores e da Academia de Lideranças, que estarão em funcionamento a partir de 2012.

EXEMPLOS

Exemplo de professores licenciados (PIII) e especialistas (PIV) com 40h, referência A, três quinquênios e 30% de titularidade

	Venci- mento	Titularidade 30%	Quinquênio (5% cada)	Total	
PIV (40h)	1719,64	515,89	257,95	2.493,48	Em dezembro de 2011
PIV (40h)	2.273,07		340,96	2.614,03	Em janeiro de 2012
P III (40 h)	1.525,18	457,55	228,78	2.211,51	Em dezembro de 2011
P III (40h)	2.016,03		302,40	2.318,43	Em Janeiro de 2012

Exemplo de professores licenciados (PIII) e especialistas (PIV) com 60h, referência A, três quinquênios e 30% de titularidade

	Venci- mento	Titulari- dade	Substi- tuição	Quinquê- nio	Total	
PIV (60h)	1719,64	515,89	859,82	257,95	3.353,30	Em dezem- bro de 2011
PIV (60h)	2.273,07		1.136,54	340,96	3.750,57	Em janeiro de 2012
PIII (60h)	1.525,18	457,55	762,59	228,78	2.974,10	Em dezem- bro de 2011
P III (60h)	2.016,03		1.008,02	302,40	3.326,45	Em janeiro de 2012

**SECRETARIA DE ESTADO
DA EDUCAÇÃO**



GOVERNO DE
GOIÁS
A FORÇA DO CORAÇÃO DO BRASIL